

Jornal *Fêmea*

IMPRESSO ESPE-

Contrato 555/2001-ECT/BSB

x

CFEMEA



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

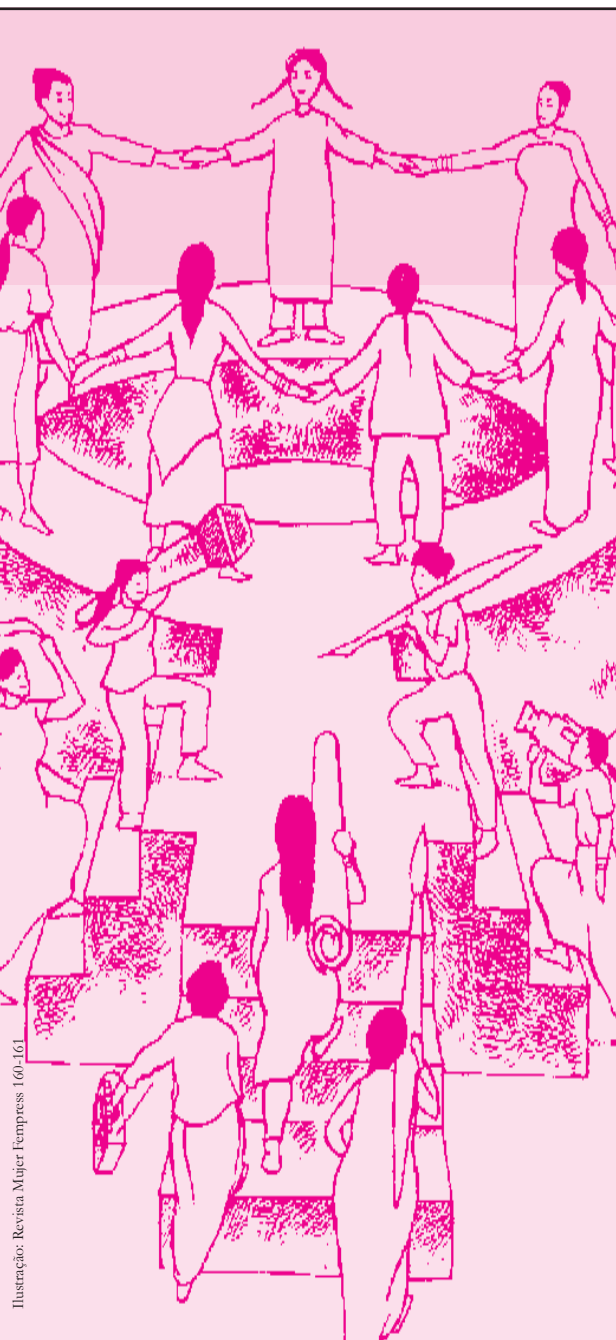
Ano X
Nº 116
Brasília/DF
Setembro/2002

Eleições 2002

Diante do atual cenário político, reservamos as páginas centrais do jornal *Fêmea* para apresentar dados sobre as principais candidaturas políticas ao Congresso Nacional, por partido e por sexo.

Com estas informações, esperamos fornecer subsídios para que @s companheir@s do movimento feminista e de mulheres possam analisar a presença feminina na política e no poder, com o pleito de 2002.

PÁGINAS 6 E 7



Orçamento Mulher

O CFEMEA está definindo os programas que deverão ser acompanhados no âmbito do Projeto “Orçamento Mulher - Controle Social e Equidade de Gênero”. Acompanhar a evolução dos gastos públicos com as mulheres a partir do Orçamento da União não esgota a questão da luta pela equidade de gênero. Aprofundar o estudo sobre os programas/projetos que acompanhamos, saber sobre seus objetivos e metodologia de implementação e como as mulheres avaliam seus resultados, nos habilitará para aperfeiçoarmos o controle social do movimento de mulheres sobre as políticas públicas que lhes dizem respeito.

PÁGINAS 8 A 10

Campanha 28 de setembro

Na América Latina e Caribe, estão presentes as maiores restrições legais ao direito das mulheres de decidir pela interrupção da gravidez. Em todos os países em que vigoram estas restrições, os abortamentos ilegais realizados em condições muito precárias representam um grave problema de saúde pública. Problema cuja solução enfrenta limites de ordem moral e religiosa.

Sabemos que os governos têm como atribuição oferecer à população os serviços médicos fundamentais e necessários, entre os quais se inclui o aborto seguro nos casos onde a legislação assim o permite.

Convicções religiosas não podem e nem devem ser colocadas acima do direito à livre decisão pelo abortamento. E para que isto seja possível, é preciso que vigore o Estado Laico.

PÁGINA 3

As mulheres candidatas e a Legislação Eleitoral

PÁGINA 11

IX Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe

PÁGINA 12

Editorial

Tá chegando a hora...

Mais uma vez, vamos ter o direito de exercer o voto e escolher quais ideais e propostas, expressos por mulheres e homens candidat@s, irão nos governar pelos próximos quatro anos.

Nestas eleições, a disputa pela Presidência da República tem sido objeto de interesse maior da mídia e da própria população, mobilizando o Brasil de norte a sul, em debates e entrevistas nas televisões, rádios, jornais e revistas. Nas ruas: comícios, passeatas, cartazes e faixas por todos os cantos não nos deixam esquecer que estamos às vésperas do pleito.

Ao contrário das eleições anteriores, onde o candidato que estava em primeiro lugar nas pesquisas se recusou a participar da maioria dos debates, nessa, os quatro principais concorrentes compareceram aos embates públicos, o que permitiu uma leitura dos candidatos mais aproximada, menos montada por marqueteiros.

As mulheres também estão presentes, de maneira inequívoca, nessas eleições: na maioria do eleitorado, nas campanhas, enquanto candidatas, ou no ainda tradicional papel de “mulher de candidato”. Vale assinalar que várias delas passam a conjugar estas duas últimas características, e que algumas procuram um novo lugar para a “mulher do candidato”.

A mulher enquanto tema ou alvo de propostas políticas também ocupa parte desse espaço. Todas as grandes revistas e jornais fizeram matérias sobre a participação das mulheres nesse campo. Pesquisas de intenção de voto abordam a importância do eleitorado feminino na definição d@s eleit@s. A mulher é motivo de discursos dos candidatos à

Presidência da República. Ainda que, na maioria das vezes, esses enfoques sejam genéricos ou pontuais, marcados pela tradicional associação da mulher à maternidade ou pela sua exaltação.

Mas a ausência das mulheres também está presente nessas eleições: no ainda pequeno número de mulheres candidatas; no ainda menor número de candidatas negras; na superficialidade com que as demandas das mulheres são tratadas nas plataformas e programas; e na pequena influência do recorte de gênero nas propostas e propagandas das candidaturas.

As mulheres estão ausentes também, quando os preconceitos ficam evidentes e elas são alvos de “brincadeiras” de mau gosto, ou de conjecturas sobre suas relações afetivas e sua apresentação pessoal, como argumentos para desqualificar suas posições.

Mas ainda temos a chance e o direito da escolha. Uma escolha que leve em conta a necessidade de transformar radicalmente essas realidades discriminatórias, construindo sociedades e estados democráticos que assegurem saúde, educação, trabalho e emprego, moradia, cultura e lazer, com iguais oportunidades para todos os seres humanos, incorporando seus diferentes atributos: sexos, cores, idades...

Homenagens

É com muita satisfação que parabenizamos a antropóloga Débora Diniz, premiada pela OMS/OPAS na primeira edição do Prêmio Manuel Velasco-Suarez de Bioética. Nossa companheira e diretora da organização Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero teve seu trabalho reconhecido mundialmente, sendo eleita a pesquisadora em Bioética mais atuante das Américas. O prêmio não poderia vir em melhor hora, já que o Brasil irá sediar o VI Congresso Mundial de Bioética e a IV Conferência Internacional de Bioética Feminista, que acontecerão em outubro, em Brasília. Entretanto, lamentamos que a Universidade Católica de Brasília não tenha valorizado o talento de Débora Diniz, ao demiti-la em função de sua palestra sobre “Aborto e Moral”, realizada a convite do Ministério Público. Diante de estudantes de direito, advogad@s e promotores da justiça, Débora apenas tentou defender a liberdade e tolerância.

Quem também merece nossa saudação é a jornalista Mara Régia Di Perna. Durante as comemorações dos 80 anos do rádio no Brasil, ela foi homenageada pelo CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RJ), por meio do Projeto “Memória Viva”. Grande parte da história do movimento feminista brasileiro foi registrada por sua voz. Durante dez anos, esteve à frente do Programa “Viva Maria”, na Rádio Nacional. Hoje, fala para mulheres extrativistas, ribeirinhas e seringueiras da região Norte do país, com o Programa “Natureza Viva”.

Na certeza de que estes trabalhos contribuem para a sociedade justa e democrática que tanto sonhamos, queremos compartilhar nossa alegria. Parabéns Débora Diniz! Parabéns Mara Régia!



Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602,
Ed. Venâncio 3000, CEP: 70716-
000, Brasília-DF – Brasil
Telefone: (61) 328-1664
Fax: (61) 328-2336

E-mail: cfemea@cfemea.org.br

Home page:

<http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo:

Iáris Ramalho Cortês, Leila Linhares, Maria Aparecida Schumacher, Maria José Rosado e integrantes do Colegiado Diretor: Almira Correia de C. Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.

Conselho Consultivo:

Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleith Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavenere, Margareth Arilha, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salete Macca-loz, Sônia Correa e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas:

Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberta Soares, Hildete Pereira, Paola Cappellin e Sílvia Pimentel.

Conselho Fiscal:

Cristina Araújo, Elisabeth Barreiros, Maria do Carmo Seabra e Tereza Montenegro.

Demais integrantes da equipe:

Adriano Fernandes Cavalcante, Ângela Alves, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Eliana Magalhães Graça, Elizabeth Saar, Fabiana Zamora, Gilda Cabral, Iáris Ramalho Cortês, Iéri Barros Luna, Mirla de Oliveira Maciel, Sérgio Gomes Timóteo e Sônia Malheiros Miguel.

Conselho de Parlamentares do Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA:

Deputadas Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Iara Bernardi, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Maria Elvira, Rita Camata, Yeda Crucius e Zulaiê Cobra. Deputados Alceu Colares, Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, João Grandão, José Genoíno, Miro Teixeira e Paulo Paim. Senadoras Emília Fernandes e Maria do Carmo Alves. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara e Roberto Freire.

Jornalistas Responsáveis:

Michelle Lopes - Iéri Luna
RP 4825/DF - RP 5143/DF

Apoio:

Fundação FORD, FNUAP e UNIFEM

Tiragem:

13.000 exemplares.

Editoração Eletrônica:

Eduardo Meneses

Impressão:

Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

Por um Estado Laico, Pelo Direito de Decidir *

Campanha 28 de Setembro - Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe

É na região da América Latina e Caribe que estão presentes as maiores restrições legais ao direito das mulheres de decidir pela interrupção da gravidez. Em todos os países em que vigoram estas restrições, os abortamentos ilegais realizados em condições muito precárias representam um grave problema de saúde pública. Problema cuja solução enfrenta limites de ordem moral e religiosa.

Sabemos que os governos têm como atribuição oferecer à população os serviços médicos fundamentais e necessários, entre os quais se inclui o aborto seguro nos casos onde a legislação assim o permite. Além disto, nossos países se comprometeram, nas conferências promovidas pela ONU no Cairo e em Beijing, a revisar suas leis para promover a despenalização do abortamento. Entretanto, o que presenciamos hoje é uma verdadeira cruzada na contramão dessas políticas.

Convicções religiosas não podem e nem devem ser colocadas acima do direito à livre decisão pelo abortamento. E para que isto seja possível, é preciso que vigore o Estado Laico.

Entendemos o laicismo - ou secularismo - como qualidade imprescindível para haver democracia, com leis e políticas que se destinam a todas as pessoas, independente de seus preceitos morais ou crenças religiosas. O marco ético da secularização é um dos requisitos para uma sociedade plural com base na tolerância e respeito à diversidade. No Estado Laico não podem vigorar princípios teológicos na prática dos governantes ou legisladores, pois cabe ao Estado Laico garantir, a todos os cidadãos e cidadãs, o exercício da liberdade de consciência

e o direito de tomar decisões livres e responsáveis.

A colonização da América Latina e Caribe teve como marca a influência religiosa nos poderes públicos, sobressaindo-se a voz da hierarquia católica. Recentes reformas democráticas tentaram apagar os resquícios desta influência, em particular nos dispositivos constitucionais sobre sexualidade, vida reprodutiva e estrutura familiar que cerceiam principalmente a liberdade das mulheres de decidir sobre todos os aspectos de sua vida.

Mesmo que há 36 anos o Concílio Vaticano II, em sua “Declaração sobre a liberdade religiosa”, tenha aceitado o princípio de separação entre Igreja e Estado, o que presenciamos hoje é um retorno à presença de princípios teocráticos nas políticas públicas, em particular quando o tema é o aborto.

Nas três últimas décadas, o movimento de mulheres conquistou avanços em termos de direitos civis, políticos e humanos. Um desses avanços foi a legitimação de direitos no âmbito reprodutivo, forjados para promover a autonomia e a dignidade humana. Neste campo se situa o direito à interrupção da gravidez.

Documentos internacionais das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos legitimaram esses direitos. Algumas reformas legislativas nacionais começaram a incorporar estes avanços. Políticas públicas têm sido implementadas em alguns países, como as políticas de planejamento familiar; de atendimento especializado às mulheres vítimas de violência sexual; de educação sexual nas escolas. E também políticas de atendimento humanizado às mulheres com seqüelas por aborto clandestino e de

atendimento ao abortamento nos casos previstos na Lei.

Infelizmente, essas conquistas vêm sendo ameaçadas pela retomada estratégica da influência de valores religiosos sobre os Estados e pela crescente presença de aliados dos fundamentalismos nos poderes públicos.

Na América Latina e Caribe, as estratégias de intervenção institucional de setores hierárquicos religiosos, na contramão do desenvolvimento das democracias nacionais, se acentuaram a partir de 1997. Cercar a decisão pelo abortamento é um foco privilegiado dessas intervenções.

É preciso que a sociedade civil questione firmemente essas tentativas de retrocesso secular, em que pessoas no exercício do poder agem como se Igreja e Estado fossem uma só instituição. Por isto, a Campanha 28 de Setembro escolheu a defesa do Estado Laico como mote de suas atividades em 2002.

* Trechos do documento elaborado pela Coordenação Regional da Campanha 28 de setembro. Leia a íntegra em: www.campanha28set.org.



Conforme requerimento aprovado em agosto, o Senado Federal só voltaria a reunir-se depois das eleições gerais. Entretanto, @s parlamentares interromperam seu recesso para discutir e deliberar sobre a rolagem da dívida pública do estado de Alagoas com a União. Como a Medida Provisória 37 estava trancando a pauta, primeiramente @s senador@s tiveram de aprová-la, para depois passar ao assunto principal. A MP em questão institui a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e foi aprovada pel@s 48 senador@s presentes à sessão.

A Câmara dos Deputados continuou com suas atividades paralisadas, mantendo o calendário de só retornar após as eleições.

Estabilidade provisória para doméstica gestante

A empregada doméstica gestante poderá ter estabilidade provisória. A proposta, de autoria da deputada Nair Xavier Lobo (PMDB-GO), foi aprovada por unanimidade na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. O PL 5.903/01 modifica a Lei 5.859/72, sobre a profissão de empregad@ doméstic@.

De acordo com a argumentação do deputado Luiz Antonio Fleury (PTB-SP), relator do projeto, “é uma incongruência que a empregada doméstica já tenha assegurado o direito à licença-maternidade, mas ainda não tenha direito à proteção ao emprego que lhe assegure o direito de vir a usufruir a referida licença”. Para o movimento de mulheres, essa iniciativa poderá garantir às trabalhadoras domésticas os mesmos direitos que possuem as demais trabalhadoras.

A proposta será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Projeto prevê utilização de linguagem inclusiva

Leis e atos normativos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão usar a linguagem inclusiva, para que seja garantida a igualdade de tratamento entre homens e mulheres. É o que propõe o Projeto de Lei nº 4.610/01, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

A proposta, elaborada pela deputada Iara Bernardi (PT-SP), determina que os vocábulos do gênero masculino sejam usados apenas para referir-se ao homem. Também exige que todas as referências dirigidas à mulher sejam feitas expressamente no gênero feminino.

Segundo o relator, deputado Marcos Rolim (PT-RS), “o projeto é oportuno e necessário para dar um tratamento mais isonômico em relação às mulheres, contribuindo na repressão contra atitudes de exclusão e discriminação”.

Se o projeto não receber recurso para Plenário, ele seguirá para ser apreciado pelo Senado Federal.

Dia Nacional do Orgulho Gay é aprovado em Comissão

O projeto, que institui o 28 de junho como Dia Nacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual, foi aprovado na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. De acordo com a autora do projeto, deputada Nair Xavier (PMDB-GO) “um país que insculpiu em sua Carta Magna o respeito à diversidade cultural, o reconhecimento da liberdade de expressão, a proteção à vida privada e o repúdio à toda forma de discriminação, omite-se na luta de mais de 16 milhões de brasileiros que seguem uma orientação sexual diferente da tradicional. Por isso, são perseguidos por machistas, policiais, punks, religiosos e outros adeptos da homofobia”.

A relatora do PL 5.430/01, deputada Esther Grossi (PT/RS), ressaltou que “o Dia do Orgulho Gay tem grande importância para o Brasil, país que comemora os Dia da Mulher, do Negro, do Índio, o que serve para lembrar nossa índole de luta contra a discriminação, o preconceito e as injustiças sociais”.

PROPOSIÇÕES QUE TRAMITARAM NO CONGRESSO NACIONAL

Poder

Nº da Proposição/Emenda	Tramitação
PLV 20/02 (MPV 37/002 na origem) - Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do poder Executivo Federal, e dá outras providências. Autor: Executivo Federal	Aprovado no Plenário/SF. Remetido à Sanção.
PL 5.430/01 - Institui o Dia Nacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual. Autora: Deputada Nair Xavier Lobo (PMDB/GO)	Aprovado na CECD, parecer favorável da relatora Dep. Esther Grossi (PT/RS).

Trabalho e Previdência

Nº da Proposição/Emenda	Tramitação
PL 5.903/01 - Acrescenta artigo à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a fim de conceder estabilidade provisória para a empregada gestante. Autora: Deputada Nair Xavier Lobo (PMDB/GO)	Aprovado na CTASP, parecer favorável do relator Dep. Luiz Antônio Fleury (PTB/SP).

Outros

Nº da Proposição/Emenda	Tramitação
PL 4.610/01 - Dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais. Autora: Deputada Iara Bernardi (PT/SP)	Aprovado na CCJR, parecer favorável do relator Dep. Marcos Rolim (PT/RS).



Plataformas Feministas: propostas de mudança social

*Almira Rodrigues

As “plataformas feministas” são um conjunto de críticas e propostas de mudança social rumo ao empoderamento das mulheres, à igualdade de direitos e de oportunidades e à democracia de gênero. São, predominantemente, textos coletivos, uma expressão dos movimentos feministas e de mulheres, embora existam também textos de caráter mais institucional e oficial, e ainda aqueles de autoria individual, de ativistas feministas. Podem assumir uma abrangência local, nacional e mundial. Independentemente do seu caráter, procedência e abrangência, o certo é que apresentam como norte intenções, desejos, propostas rumo a novos cenários humanos, dos quais possamos nos orgulhar.

Entre as primeiras cartas feministas, destacam-se dois textos por denunciarem as estruturas do sistema patriarcal e as limitações, em termos da democracia de gênero, das revoluções inglesa e francesa, respectivamente: *Vindication of the Rights of Woman* (1792), da inglesa Mary Wollstonecraft; e *Déclaration des Droits de la Femme e de la Citoyenne* (1791), da francesa Olympe de Gouges, guilhotinada em 1793.

Na segunda metade do século seguinte, o feminismo ganha visibilidade na Inglaterra, com a fundação de clubes e jornais feministas e a luta pela igualdade jurídica (direito ao voto, instrução, profissões liberais). E, no século XX, a perspectiva socialista vai sendo afirmada, e se debruça sobre os direitos das mulheres, abrindo polêmicas. Nesse século, a luta e a conquista do direito de voto das mulheres se estende a praticamente todos os países. Na segunda metade do século, são elaboradas diversas teorizações feministas e proliferam as organizações de mulheres, de diversos tipos e em diferentes contextos.

No período mais recente, o ano de 1975 constitui um marco na luta pelos direitos das mulheres e na construção das cartas feministas. Declarado como

Ano Internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas, significou o reconhecimento da mundialização dos direitos das mulheres. Nesse ano, foi realizada a I Conferência Internacional sobre a Mulher e instituída a Década da Mulher (75-85). À essa Conferência, seguiram-se outras em 1980, 1985 e a última, a IV Conferência, em 1995, em Beijing. Em cada uma dessas conferências, foram aprovadas Declarações e Programas de Ação, que os países assinaram, comprometendo-se a cumpri-las.

Desse período, destaca-se, também, a Convenção Pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW, aprovada em 1979 pela Assembleia Geral da Organização das

“As Plataformas apresentam propostas rumo a novos cenários humanos, dos quais possamos nos orgulhar”.

Nações Unidas. No Brasil, foi ratificada em 1984 com reservas, que foram suspensas em 1994. E, ainda, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, aprovada em 1994 pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, e ratificada, pelo Brasil, em 1995.

No Brasil, em 1982, surge a primeira experiência de Plataforma Feminista, no Rio de Janeiro, apresentada em um contexto eleitoral, nas primeiras eleições diretas para governadores, ainda no período do regime militar. Com o processo de redemocratização em curso e com a difusão das propostas feministas, as Plataformas passam a ser amplamente afirmadas em períodos eleitorais, em âmbito nacional, estadual e local.

Uma outra significativa experiência do movimento brasileiro foi a elaboração da Carta das Mulheres aos Constituintes, resultado de um amplo debate em todo

o país, que culminou com um encontro nacional e a entrega do documento aos Constituintes, em 1988. Das reivindicações apresentadas, cerca de 80% foram incorporadas à Constituição de 1988.

Durante toda a década de 90, as feministas brasileiras aprofundaram o debate sobre a situação das mulheres e as relações de gênero, e contaram com a referência das plataformas internacionais sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, oriundas das Conferências da ONU.

No Brasil, o novo século se inicia com a aprovação da Plataforma Política Feminista, resultado de um processo de participação e mobilização política, que reuniu mais de 5.000 mulheres de diversas organizações, em 26 encontros estaduais, e culminou com a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em 6 e 7 de junho de 2002, em Brasília. Esta experiência nos é muito cara e ainda está por ser desdobrada, em possibilidades de interlocução, de sensibilização, de articulação e de construção de alianças e parcerias rumo à superação da pobreza e das desigualdades sociais, particularmente as de gênero, na sociedade brasileira.

*Socióloga e diretora colegiada do CFEMEA

Congresso Nacional terá poucas mudanças

Senado Federal e Câmara dos Deputados deverão ter um índice de renovação menor do que em anos anteriores

Após as eleições de outubro, a composição do Congresso Nacional não terá sofrido um grande índice de renovação.

O novo quadro partidário ainda será caracterizado pelo equilíbrio na representação dos três maiores partidos da Câmara: PFL, PSDB e PMDB. Entre os partidos de esquerda, deverá prosseguir a hegemonia do PT. É o que prevê o estudo feito pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), sobre o próximo quadro parlamentar.

O trabalho revela os nomes d@s prováveis eleit@s para a Câmara e o Senado; define a correlação de forças partidárias nas duas Casas e, a partir daí, traça o perfil do novo Congresso. No Senado, o PMDB deverá manter a posição de maior partido. A renovação da Câmara deverá ser a menor das últimas eleições – entre 35% e 40%, interrompendo, assim, uma seqüência de renovações em torno dos 50%, observada desde o pleito que escolheu @s deputad@s constituintes, em 1986.

Entre @s que ocupam as cadeiras da Câmara, 102 deputad@s não estão disputando a reeleição. Desse total, 34 são candidat@s ao Senado, 14 ao cargo de governador/a, 10 a deputad@ estadual e 28 não estão se candidatando a um próximo mandato. Alguns alegam a falta de recursos para a realização da Campanha.

Há, também, aquel@s que estão afastando-se da vida política porque acham que já cumpriram seu papel. É o caso da deputada Esther Grossi (PT/RS), que durante duas legislaturas trabalhou principalmente na elaboração e aprovação de leis relacionadas à área da educação e aos direitos da mulher. “Eu creio que prestei meu apoio com projetos importantes como o que prevê que a alfabetização de mulheres adultas seja feita por professores e não por leigos”, diz a deputada. Esther Grossi ressalta que o grau de instrução das mães reflete-se diretamente na educação das crianças.

A reeleição foi a opção da maioria das

deputadas. Entre as que integram a atual legislatura, 23 pretendem continuar atuando no Congresso Nacional. A deputada Ieda Crucius (PSDB/RS) considera muito importante um novo mandato. “Pretendo continuar defendendo a estabilidade econômica e avançar na aprovação de leis que promovam a universalização do acesso das pessoas a seus direitos sociais e políticos”, justifica a deputada.

Nesta eleição, oito deputadas optaram por disputar outros cargos. Rita Camata (PMDB) é candidata à vice-presidência; Maria Elvira (PMDB), candidata a vice-governadora de Minas; Elcione Barbalho (PMDB) disputa o cargo de senadora, pelo Pará; Lúcia Vânia (PSDB), a senadora, por Goiás; Marisa Serrano (PSDB), a senadora por Mato Grosso do Sul; Maria Abadia (PSDB), a vice-governadora do Distrito Federal; Ana Catarina (PMDB), a deputada estadual, no Rio Grande do Norte; e Fátima Pelaes (PSDB) concorre ao governo do Amapá. Segundo a deputada, desempenhar o cargo de governadora em seu Estado será fundamental para que as políticas públicas que beneficiam a mulher sejam dinamizadas, na região, como parte de um amplo programa de governo. “Aprendendo a legislar, agora aplicaremos devidamente os benefícios disponíveis”, explica Fátima Pelaes.

De acordo com o estudo feito pelo Inesc, proporcionalmente a representação das mulheres tende a crescer mais no Senado, aumentando de 5 para 7 a 11 integrantes. Se eleita, a senadora Emília Fernandes (PT/RS) pretende priorizar, em seu segundo mandato, discussões importantes em relação à nova conjuntura do Brasil. “Persistiremos na questão da Alca, desmascarando sua perversidade em relação aos interesses do desenvolvimento brasileiro. Discutiremos o Pacto Federativo para trabalhar a questão dos estados e municípios que merecem tratamento igualitário por parte da União. Temos que construir uma reforma tributária, fazer uma grande discussão sobre os partidos políticos e não podemos nos esquecer

da questão da presença da mulher nos espaços de poder, uma pauta cada vez mais desafiadora”, esclarece a senadora.

Desafios

As dificuldades para que as mulheres brasileiras desempenhem cargos e funções político-partidárias ainda são muitas. Em termos legais, as cotas – que representam um espaço às mulheres assegurado em lei – não foram atingidas. Também há resistências por parte dos partidos, na promoção da participação feminina. Além disso, muitas vezes existem questionamentos por parte das próprias mulheres, que preferem as disputas estaduais, pois quando a vida política acontece fora do Estado de origem, elas enfrentam o desafio de conciliar os compromissos profissionais com a rotina pessoal.

Para a deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), a opção pela vida pública não é fácil para a mulher: “a realidade que nos impõe a dupla e até a tripla jornada faz com que muitas não tenham condições nem de pensar numa carreira profissional, quanto mais exercer uma função pública que, muitas vezes, as obriga a ficar longe do convívio familiar. Tal fato acaba fazendo com que tenham, na maioria das vezes, que escolher entre a família e a carreira, o que não é uma decisão fácil”.

Eleições 2002

A seguir, apresentamos dados sobre as principais candidaturas políticas ao Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados), por partido e por sexo. Com estas informações, esperamos fornecer subsídios para que @s companheir@s do movimento feminista e de mulheres possam analisar a presença feminina na política e no poder, no pleito de 2002.

Como já havíamos previsto, o espaço assegurado às mulheres pela Lei de Cotas para as eleições proporcionais ficou longe de ser cumprido. A norma, que existe desde 1995, teve pouca repercussão no quadro de candidaturas à Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. Das 4.665 candidaturas à Câmara, registradas no TSE, apenas 542 (11,75%) são candidaturas femininas. Nas Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal, as mulheres candidatas totalizam 1.908, representando 14,84% do total.

Vale lembrar que duas mulheres estão concorrendo ao cargo de vice-presidência da República: a deputada federal Rita Camata, pela coligação PSDB/PMDB, e a professora Dayse Oliveira, que compõe a chapa do PSTU. E 19 mulheres são candidatas aos Governos Estaduais.

Estamos recolhendo material de campanha das mulheres candidatas às Eleições 2002. Precisamos da sua ajuda! Envie-nos adesivos, informativos, folders, cartazes e outros impressos que você conseguir recolher.

CÂMARA DOS DEPUTADOS					
BRASIL - CANDIDATURAS - PARTIDO/SEXO - Eleições 2002					
Partidos Políticos	cota mínima		cota máxima		Total
	F	30%	M	70%	
PAN	3	5,17	66	94,83	69
PC do B	11	21,57	40	78,43	51
PCB	2	28,57	5	71,43	7
PCD	7	18,92	30	81,08	37
PDT	333	11,15	263	88,85	596
PFL	25	10,42	215	89,58	240
PGT	7	7,29	69	92,71	76
PL	36	11,73	271	88,27	307
PMDB	36	10,78	298	89,22	334
PMN	11	12,84	76	87,16	87
PPB	10	5,00	190	95,00	200
PPS	23	8,91	209	91,09	232
PRN / PTC	4	11,76	30	88,24	34
PRONA	11	13,92	68	86,08	79
PRP	14	14,29	64	85,71	78
PRTB	21	15,33	116	84,67	137
PSB	30	8,85	309	91,15	339
PSC	15	10,70	124	89,30	139
PSD	7	12,07	51	87,93	58
PSDB	37	12,98	248	87,02	285
PSDC	7	8,21	69	91,79	76
PSL	5	10,42	43	89,58	48
PSN / PHS	7	8,54	75	91,46	82
PST	19	19,00	81	81,00	100
PSTU	6	17,39	36	82,61	42
PT	61	14,19	369	85,81	430
PT do B	9	8,85	95	91,15	104
PTB	30	12,93	202	87,07	232
PTN	3	5,77	49	94,23	52
PV	37	15,68	199	84,32	236
Total	529	11,70	3.991	88,30	4.520

CFEMEA/eleições 2002

Fonte: TSE - Lei 9504/97 - cotas por sexo para candidaturas às eleições proporcionais

SENADO FEDERAL					
BRASIL - CANDIDATURAS - PARTIDO/SEXO - Eleições 2002					
Partidos Políticos	sem cota				Total
	F	%	M	%	
PAN	0	0,00	7	100,00	7
PC do B	1	11,11	8	88,89	9
PCB	0	0,00	2	100,00	2
PCD	4	36,36	7	63,64	11
PDT	0	0,00	20	100,00	20
PFL	1	4,35	22	95,65	23
PGT	1	9,09	10	90,91	11
PL	1	12,50	7	87,50	8
PMDB	2	6,90	27	93,10	29
PMN	0	0,00	6	100,00	6
PPB	0	0,00	8	100,00	8
PPS	2	16,67	10	83,33	12
PRN / PTC	0	0,00	3	100,00	3
PRONA	1	14,29	6	85,71	7
PRP	0	0,00	5	100,00	5
PRTB	0	0,00	9	100,00	9
PSB	3	13,04	20	86,96	23
PSC	2	40,00	3	60,00	5
PSD	0	0,00	5	100,00	5
PSDB	3	13,64	19	86,36	22
PSDC	0	0,00	2	100,00	2
PSL	1	33,33	2	66,67	3
PSN / PHS	0	0,00	4	100,00	4
PST	0	0,00	2	100,00	2
PSTU	6	24,00	19	76,00	25
PT	6	27,27	21	72,73	27
PT do B	0	0,00	2	100,00	2
PTB	0	0,00	9	100,00	9
PTN	1	20,00	4	80,00	5
PV	1	7,69	12	92,31	13
Total	38	11,91	281	88,09	319

CFEMEA/eleições 2002

Fonte: TSE - Lei 9504/97 - cotas por sexo para candidaturas às eleições proporcionais

Orçamento Mulher – Controle Social e Equidade de Gênero

*Eliana Graça e Duncan Sample

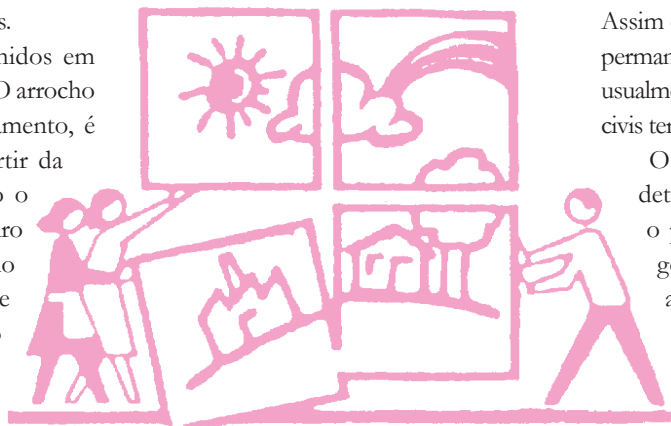
As análises realizadas até agora, do Orçamento da União para 2003, apontam para uma redução nas verbas orçamentárias, em comparação com 2002, guiada pelo mesmo espírito de economizar para realizar um superávit, destinado ao pagamento da dívida pública. Já no caso de alguns programas/projetos direcionados especificamente às mulheres, observamos que os recursos ou se mantiveram ou foram incrementados. A destinação de recursos para os programas/projetos relativos à mulher, aqui analisados, não obedeceu à lógica geral de cortes.

São R\$ 486,9 milhões reunidos em mais de 20 projetos e atividades. O arrocho nos gastos, previsto neste Orçamento, é uma constante verificada a partir da crise cambial de 1998, quando o governo federal firmou seu primeiro acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde então, a cada ano, o governo vem cumprindo metas sempre crescentes de economia nas contas públicas. Para 2003, o pacote fechado com o Fundo impõe um ajuste equivalente a 3,75% do PIB (R\$ 53 bilhões). Dessa conta, R\$ 39,6 bilhões são responsabilidade do governo federal. Para cumprir o aperto, o próximo presidente será obrigado a repetir o padrão da equipe econômica de administrar a liberação de verbas na boca do caixa, ignorando as já austeras previsões orçamentárias.

Os grandes números do Projeto de Lei Orçamentária de 2003, recentemente enviado ao Congresso Nacional, apontam para uma situação de enorme penúria no investimento público. O dinheiro novo para obras de infra-estrutura, saneamento, habitação, enfim, para movimentar a economia soma míseros R\$ 7,2 bilhões, contra R\$ 11 bilhões propostos pelo governo em 2002. Assim como os investimentos, as receitas sofrem redução, principalmente as originárias da arrecadação do imposto de renda, que registram queda equivalente a 0,8% do PIB (R\$ 1,7 bilhão a menos) em

2003. São dois os motivos principais: o não pagamento do imposto de renda pelos fundos de pensão e a redução da alíquota de imposto de renda de 27,5% para 25%. Essa última questão ainda deverá ser decidida pelo Congresso após as eleições.

Alguns gastos de grande importância social foram cortados antes mesmo da apresentação da proposta de Orçamento, já na publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que determina como será o orçamento do ano seguinte. O presidente Fernando Henrique cortou



da LDO o aumento do salário mínimo e reduziu os recursos destinados à Saúde em 2003, prejudicando ainda mais setores já carentes de investimento federal, especialmente programas de saúde pública e ligados a trabalho, emprego e distribuição de renda. O novo governo só conseguirá elevar o mínimo se fizer cortes ou arranjar novas receitas. Também foi vetada a emenda incluída no texto pelo Congresso Nacional que restabelecia a exigência de um piso para investimentos em saúde, conforme a orientação dada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Como de praxe nos últimos anos, o Orçamento de 2003 prioriza o pagamento dos juros da dívida, que sobem 60,21% em relação a 2002. As despesas com pessoal e encargos sobem apenas 12%, o que compromete a recomposição salarial dos servidores públicos. E a redução dos investimentos, em 58%, limita a atuação

do próximo governo nas ações destinadas às melhorias sociais e ao estímulo do crescimento econômico.

Além disso, são poucos os recursos livres disponíveis para remanejamentos. Também por conta dos vetos do Presidente à LDO, os deputados e senadores estão proibidos de usar recursos da reserva de contingência para fazer emendas. Com a restrição, o Congresso vai ter reduzida sua margem de manobra para modificar o Orçamento de 2003, o que exigirá das organizações da sociedade civil empenho dobrado na busca por mais recursos. Assim como os parlamentares, as comissões permanentes do Congresso Nacional, que usualmente acolhem emendas de entidades civis terão seu trabalho dificultado.

O acordo com o Fundo também determinou tarefas impopulares para o próximo presidente. Até março, o governo terá que enviar ao Congresso a prorrogação da CPMF, prevista para acabar em 2004, e garantir os R\$ 17 bilhões arrecadados com a contribuição, além de reduzir as receitas de impostos repassados a Estados e municípios. **Pode-se dizer que o Orçamento 2003, combinado ao acordo com o FMI, é um cabresto para o futuro governo, trazendo uma sólida blindagem destinada a garantir o arrocho fiscal e a prioridade máxima para o pagamento dos juros da dívida pública.**

O Orçamento e as Mulheres

Esta é uma primeira aproximação para definição dos programas que deverão ser acompanhados no âmbito do Projeto “Orçamento Mulher - Controle Social e Equidade de Gênero”. Acompanhar a evolução dos gastos públicos com as mulheres a partir do Orçamento da União não esgota a questão da luta pela equidade de gênero. Aprofundar o estudo sobre os programas/projetos que acompanhamos, saber sobre seus objetivos e metodologia de implementação e, ainda, como as mulheres avaliam seus resultados, nos habilitará para aperfeiçoarmos o controle social por parte do movimento de mulheres sobre as políticas públicas que lhes dizem respeito. No desenrolar do Projeto, reuniremos condições para verificar se são realmente esses os programas que nos interessam e se os gastos são suficientes ou não para mudar a vida das mulheres.

Tomando-se valores corrigidos pelo IGP-DI (correção da inflação), observamos um aumento de 6,23% nos volumes alocados para programas, projetos e atividades que atendem exclusivamente à mulher ou que o título do programa ou projeto demonstra que a maioria absoluta da clientela atendida é de mulheres. O objetivo da correção é ter um número real de crescimento, ou queda, das dotações orçamentárias.

A maior parte do aumento decorre da expressiva elevação das verbas destinadas à atividade Bolsa-Alimentação, que registra uma elevação de R\$ 36 milhões. Merecem destaque, ainda, a Capacitação de Recursos Humanos para Promoção do Planejamento Familiar e da Saúde da Mulher (com um aumento de R\$ 1,158 milhão). As dotações para implantação, modernização e adequação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco, foram reduzidas em cerca de R\$ 11,5 milhões, o que denota a tendência geral do orçamento de cortar investimentos.

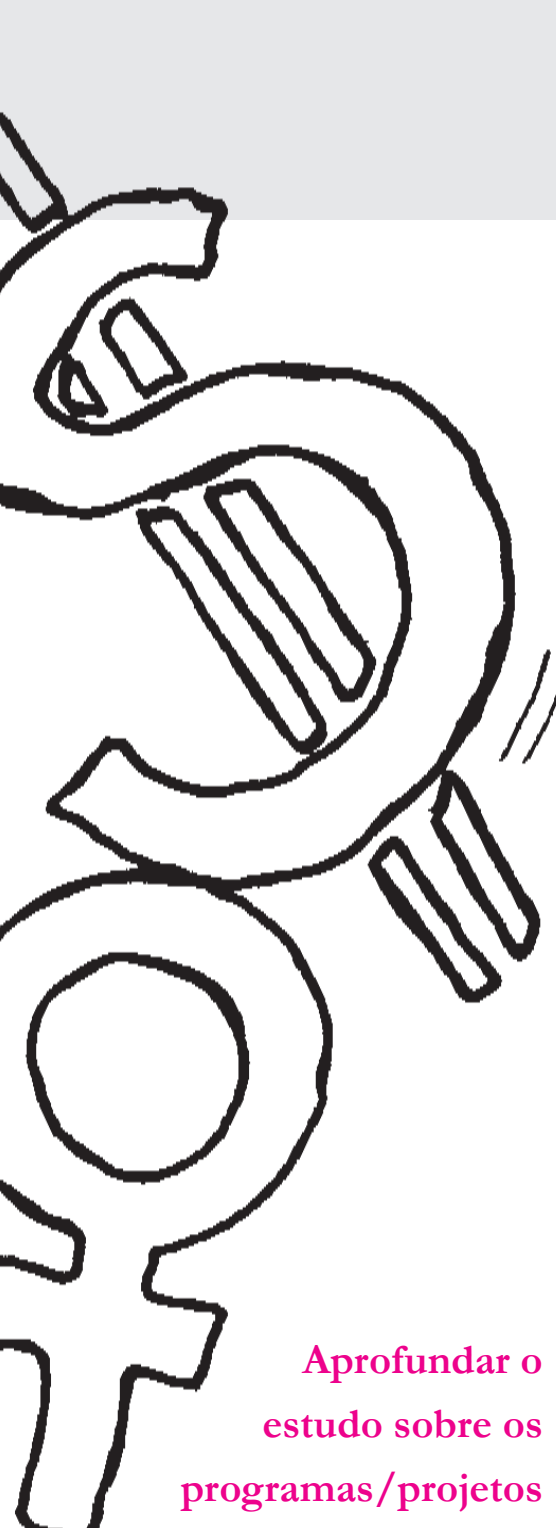
A Prevenção e Tratamento do Câncer Cérvico-Uterino manteve os mesmos montantes previstos em 2002. Mas, considerando o critério de correção pelo

IGP/DI, houve uma queda de 7,41%. Ressalta-se a inclusão de duas novas atividades no PLO 2003: apoio à implantação de serviço especializado no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual e uma campanha voltada para o repúdio e a prevenção da violência contra as mulheres, que são adequações de propostas já existentes. Juntas, as duas atividades somam R\$ 3,6 milhões.

O aumento real de 6,23% deve ser examinado com cautela. Considerando o aperto fiscal embutido na proposta, é um alívio constatar que o governo não cortou esses recursos para cumprir suas metas fiscais. No entanto, os R\$ 486,9 milhões reservados para ações destinadas diretamente à mulher correspondem a apenas 0,14% das despesas primárias (excluídos gastos com os juros da dívida).

Além disso, a simples dotação não basta para demonstrar o interesse do governo em priorizar determinada ação. A LOA é uma espécie de carta de intenções que pode ser cumprida ou não. É bom lembrar que o orçamento no Brasil é autorizativo: até 30 de agosto de 2002, a média da execução dos mesmos programas, projetos e atividades aqui analisados era de apenas 18,53%, muito inferior à média geral de execução, na casa dos 30%.

Na próxima página, você poderá comparar os gastos de 2002 e 2003 referentes aos programas/projetos direcionados especificamente às mulheres.



Aprofundar o estudo sobre os programas/projetos que acompanhamos nos habilitará para aperfeiçoarmos o controle social, por parte do movimento de mulheres, sobre as políticas públicas que lhes dizem respeito.

*Eliana Graça é socióloga e assessora parlamentar do CFEMEA

Duncan Sample é historiador e consultor do CFEMEA.

Gastos específicos referentes às mulheres no Projeto de Lei Orçamentária de 2003:

ATIVIDADES DE INICIAÇÃO

Atividade	2002	2003	2004	2005	2006
Atividade de Iniciação - Mulheres	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2002	1000000				
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2003		1000000			
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2004			1000000		
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2005				1000000	
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2006					1000000

Atividade	2002	2003	2004	2005	2006
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2002	1000000				
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2003		1000000			
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2004			1000000		
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2005				1000000	
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2006					1000000

Atividade	2002	2003	2004	2005	2006
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2002	1000000				
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2003		1000000			
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2004			1000000		
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2005				1000000	
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2006					1000000

Atividade	2002	2003	2004	2005	2006
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2002	1000000				
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2003		1000000			
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2004			1000000		
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2005				1000000	
Atividade de Iniciação - Mulheres - 2006					1000000



As Mulheres Candidatas e a Legislação Eleitoral – continuação –

No último número do *Fêmea*, apresentamos alguns tópicos sobre a legislação eleitoral, especificamente sobre a propaganda eleitoral. Neste número, trazemos alguns lembretes sobre *como votar* e sobre a *fiscalização nas eleições*.

O sistema eletrônico de votação

O Brasil introduziu a urna eletrônica em seu sistema de votação em 1996. Este método vem apresentando grandes vantagens. É bastante prático e a contagem dos votos muito rápida.

Apesar da existência de urnas eletrônicas, em determinados casos ainda podem ser usadas cédulas eleitorais de papel.

Antes das eleições, os tribunais eleitorais deverão colocar à disposição d@s eleitor@s urnas eletrônicas destinadas a treinamento.

Alguns lembretes do TSE

Como acontece todos os anos em que há votação, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está orientando @s eleitor@s, com os seguintes lembretes:

Este ano vamos votar seis vezes, em seis candidat@s, na seguinte ordem:

- Deputad@ federal
- Deputad@ estadual (ou distrital, no caso do Distrito Federal)
- Duas vezes para Senadora/senador
- Governadora/governador
- Presidente da República

Atenção

Não esqueça seu título de eleitor/a ou um documento de identificação expedido por órgão oficial.

Leve anotado o número d@s candidat@s que você escolheu.

É fácil votar na urna eletrônica (dicas do TSE)

Usando o teclado da urna, que é igual ao de um telefone, digite o número d@ candidat@ de sua preferência.

Na tela, aparecerão a foto, o número, o nome e a sigla do partido d@ candidat@.

Se as informações estiverem corretas, aperte a tecla verde **CONFIRMA**.

A cada voto confirmado, a urna emitirá um rápido sinal sonoro.

Após o registro do voto para presidente, a urna emitirá um sinal sonoro mais intenso e prolongado e aparecerá na tela a palavra **FIM**.

Como corrigir o voto

Se não aparecerem na tela todas as informações sobre @ candidat@ escolhid@, aperte a tecla laranja **CORRIGE** e repita

o procedimento anterior.

Como votar no partido (voto de legenda)

Caso você queira votar apenas na legenda, digite o número do partido, que corresponde aos dois primeiros algarismos do número d@ candidat@ e confirme o seu voto apertando a tecla verde **CONFIRMA**.

O voto na legenda só será possível em relação aos cargos de deputad@ federal e deputad@ estadual/distrital. Portanto, esse voto é válido apenas para eleições **proporcionais**.

Como votar em branco

Para votar em branco, aperte a tecla **BRANCO**.

Confirme o seu voto apertando a tecla verde **CONFIRMA**.

Cuidado! Seu voto poderá ser nulo se você digitar um número de candidat@ ou de partido inexistentes e depois apertar a tecla verde **CONFIRMA**.

Se, ao conferir o voto impresso, @ eleitor/a não concordar com os dados nele registrados, poderá cancelá-lo e repetir a votação pelo sistema eletrônico. Caso reitere a discordância entre os dados da tela da urna eletrônica e o voto impresso, seu voto será colhido em separado e apurado na forma **que for regulamentada pelo TSE**.

Fiscalizando as eleições

Os partidos ou coligações indicarão fiscais e delegad@s para acompanhar as eleições. Não podem ser nomead@s menores de 18 (dezoito) anos nem quem já faz parte de Mesa Receptora.

A fiscalização poderá ser feita durante o processo de votação e apuração das eleições e o processamento eletrônico da totalização dos resultados.

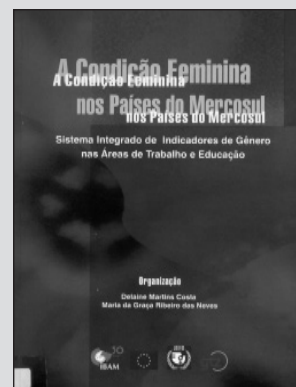
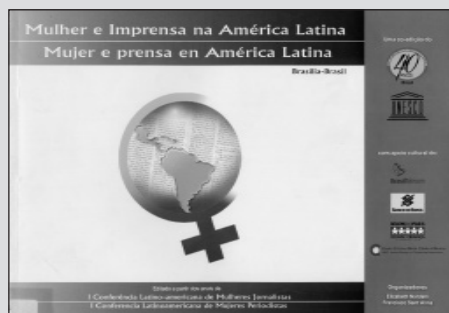
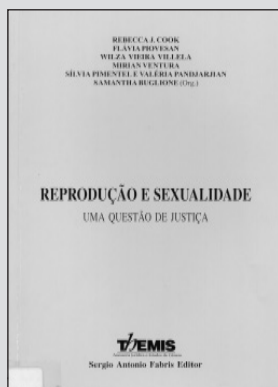
Os partidos concorrentes ao pleito poderão constituir sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização dos resultados contratando, inclusive, empresas de auditoria de sistemas, que, credenciadas junto à Justiça Eleitoral, receberão, previamente, os programas de computador e os mesmos dados alimentadores do sistema oficial de apuração e totalização.

Nota: estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.

Exemplo: filh@ significa filha mulher e filho homem.

IX Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe

O 9º Encontro vai acontecer de 01 a 06 de dezembro, em San José, Costa Rica. O tema para este ano é: *Expressões Feministas: Resistência Ativa Frente à Globalização*. O objetivo é analisar a globalização e seus efeitos nos corpos e mentes das mulheres, traçar objetivos e pensar práticas e estratégias para o movimento feminista. As inscrições feitas até o dia 30 de setembro têm desconto especial. Podem ser realizadas na página www.9feminista.org.



Reprodução e Sexualidade

“Reprodução e Sexualidade: Uma Questão de Justiça” trata da temática sob a ótica do direito. Os vários artigos que compõem a publicação organizada pela Themis são atualizações de uma mesa redonda ocorrida em 1999. A publicação apresenta um diagnóstico sobre o tratamento dado pelo poder Judiciário à algumas questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos. Mais informações pelo telefone (51) 3227-5435, ou themis@themis.org.br.

Mulher e Imprensa

Os anais da I Conferência Latino-Americana de Mulheres Jornalistas, ocorrida em maio de 2001, em Brasília, estão reunidos na publicação bilingüe – português e espanhol - “Mulher e Imprensa na América Latina”. O objetivo da Conferência foi fazer um diagnóstico sobre a situação da mulher como produtora da notícia e, ao mesmo tempo, alvo dela. As propostas de ação, resultado do encontro das jornalistas de 17 países, estão na Carta de Brasília, que também integra o livro. Mais informações pelo telefone (61) 343-2251 ou sjpdf@sjpdf.org.br.

Indicadores de Gênero: Trabalho e Educação

O projeto “A Condição Feminina nos Países do Mercosul: Sistema Integrado de Indicadores de Gênero nas Áreas de Trabalho e Educação” foi desenvolvido pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) entre 2000 e 2002. Criar uma visão de conjunto sobre as desigualdades entre homens e mulheres no campo do trabalho e orientar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas são algumas das finalidades do Sistema.

O Sistema, resultado do projeto, está disponível em CD-ROM e em publicação impressa. O Banco de Dados contém cerca de 400 tabelas reunidas nos grupos: aspectos demográficos; condição no domicílio; renda total; escolaridade; trabalho e renda; e desigualdades de renda.

Mais informações, pelo telefone (21) 2537-7595, fax (21) 2537-1262, ou www.ibam.org.br.